

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais

TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das
DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Título do Trabalho: As raízes da violência sexual no conflito armado colombiano e um recorte histórico sob o governo de Álvaro Uribe

Nome da Estudante: Paola Costa Souza

Nome do Orientador: Fabio Luis Barbosa dos Santos

Ano de Depósito: 2021

Resumo: Este trabalho busca compreender a origem da utilização da violência sexual no conflito armado colombiano no contexto do governo de Álvaro Uribe, durante o qual foram observados altos índices dessa forma de violência. Assim, busca-se investigar a temática da violência sexual em conflitos armados como uma estratégia com objetivos específicos, utilizando para isso o caso colombiano, que se torna emblemático pelos indicadores estudados e ao mesmo tempo pela pouca visibilidade dada à essa problemática. Apresenta-se a hipótese de ligação da violência sexual com o conflito agrário e também de que durante o governo Uribe, de 2002 até 2010, se deu uma manutenção dessa violência amparada principalmente pelos grupos paramilitares e com uma recrudescimento da repressão às guerrilhas com as novas políticas de segurança, apesar do discurso voltado para a ideia de que o conflito havia terminado. Por fim, a metodologia científica deste estudo utiliza fontes qualitativas, primárias e secundárias, com método hipotético-dedutivo.

Palavras-chave: violência sexual; conflito armado colombiano; Álvaro Uribe; paramilitarismo; arma de guerra; estratégia de guerra;

Abstract: This work seeks to comprehend the origin of the use of sexual violence in the Colombian armed conflict in the context of Alvaro Uribe's government, during which high rates of this kind of violence were observed. Thus, it aims to investigate the issue of sexual violence in armed conflicts as a strategy with specific objectives, using for it the

Colombian case, which is an emblematic one for the studied indicators and at the same time for the little visibility that it has received. The hypothesis of the connection of sexual violence with the agrarian conflict is presented, and also that during the Uribe government, from 2002 to 2010, this violence was maintained, supported mainly by paramilitary groups and with an intensification of the repression of the guerrillas with the new security policies, despite the discourse aimed at the idea that the conflict was over. Finally, the scientific methodology of this study uses qualitative, primary and secondary sources, with a hypothetical-deductive method.

Keywords: sexual violence; colombian armed conflict; Álvaro Uribe; paramilitarism; weapon of war; war strategy;

1. Introdução

Esse Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, possui como objetivo central contribuir com os estudos de violência de gênero e proporcionar um maior entendimento da violência sexual em situações de conflitos armados, superando a percepção dessa violência como um espólio de guerra. Dessa maneira, a delimitação do estudo compreende uma análise das raízes da violência sexual no conflito armado colombiano e um recorte histórico dessa violência durante o governo de Álvaro Uribe, que corresponde ao período de 2002 até 2010.

Os questionamentos suscitados por essa pesquisa vão no sentido de buscar-se compreender o princípio da utilização da violência sexual durante o conflito armado colombiano, dado que o uso dessa violência apresentou índices muito altos durante o governo de Álvaro Uribe, tendo sido reportados 490 mil casos entre os anos de 2001 e 2009 no âmbito do conflito armado (ANISTIA INTERNACIONAL, 2004).

Além disso, também é questionada a ocorrência da violência sexual durante o governo de Álvaro Uribe ao se levar em conta que, com a sua ascensão, inicia-se um período de negação da existência do conflito armado na Colômbia enquanto se vê instauração da política de segurança democrática nacional voltada para a perseguição das guerrilhas e, atrelado à isso, também se vê o ápice da violência sexual no ano de 2002 (OSPINA, 2010), aspectos que se contrapõem com o discurso propagado.

Dessa maneira, o estudo foi dividido em três subtemas específicos, sendo eles: em primeiro lugar “A violência sexual como arma de guerra”, com o objetivo de apresentar como

a violência sexual é utilizada de forma estratégica em períodos de guerra pelos atores armados envolvidos; em segundo “A conjuntura do conflito armado colombiano”, voltando-se para compreensão do conflito armado colombiano do ponto de vista histórico e político, contextualizando a conjuntura em que essa violência sexual se expressa; e, por último “A violência sexual no conflito armado colombiano e sua prática no governo Álvaro Uribe”, com o intuito de analisar a motivação da violência sexual no conflito colombiano e investigar a problemática dessa forma de violência na conjuntura do governo de Álvaro Uribe, elucidando, finalmente, a estratégia por trás da sua utilização.

Posto isso, também é importante ressaltar a contribuição que este estudo pode proporcionar para a comunidade científica. As Relações Internacionais possuem uma perspectiva predominantemente masculina e quando se trata de conflitos armados, um tema tradicional, isso não é diferente, contribuindo ainda mais para que a violência sofrida pelas mulheres nesses contextos se mantenha silenciada. O uso da violência sexual como arma de guerra, como será discorrido ao longo do trabalho, é histórico, mas a atenção dada ao tema ainda é ínfima, promovendo silenciamento e dificultando a implantação de políticas assertivas para a proteção das mulheres.

Sendo assim, esse estudo torna-se relevante ao buscar enriquecer a pesquisa científica, compreender as raízes dessa arma de guerra que é a violência sexual e a que propósito ela serviu no conflito armado colombiano, além de sua importância no sentido de recuperar a memória dessa violência e promover visibilidade a esses casos.

Por último, infere-se que a pesquisa proposta apresenta natureza teórica, dado seu objetivo de promover o avanço científico sobre a temática, sem a aspiração de uma aplicação prática. Além disso, trata-se de um estudo exploratório, visando apresentar um problema e as hipóteses a respeito dele. Com relação aos métodos de abordagem, a pesquisa é hipotético-dedutiva, pois apresenta hipóteses explicativas para o problema, e fenomenológica, em razão de tratar da questão da violência sexual dentro da realidade específica do conflito armado colombiano. Ainda, a pesquisa propõe como meios técnicos de investigação um estudo de caso e é qualitativa, baseada na coleta e interpretação de dados primários e secundários. Por fim, em relação aos métodos de estruturação, a pesquisa se volta para um plano histórico, em torno de um período específico da Colômbia, com o intuito de compreender as raízes da violência sexual no conflito armado.

2. A violência sexual como arma de guerra

Segundo o relatório da ACNUR “Ação contra a Violência Sexual e de Gênero: uma estratégia atualizada” (2011), a violência de gênero é um fenômeno que ocorre ao redor do mundo e é caracterizada por ser uma ação danosa imposta à outra pessoa que tem como base a relação pautada em uma desigualdade de gênero socialmente construída e perpetuada. Essa violência pode se expressar de diferentes formas, como em uma perseguição por uma figura de autoridade, em uma discriminação dentro do sistema legislativo, em possíveis costumes, práticas e crenças de uma sociedade, além da violência sexual propriamente dita.

A violência sexual - abrangendo gravidez forçada, casamento forçado, escravidão sexual, estupro, aborto e prostituição forçados - se caracteriza como um fenômeno não estranho às mulheres desde a antiguidade clássica, sendo utilizada para diferentes fins, incluindo como uma arma de guerra. A relação entre o estupro e a guerra, como colocado acima, é muito antiga, não podendo-se precisar o princípio do uso da violência sexual nestes cenários. Porém, denota-se que essa violência está intrínseca aos antigos costumes de guerra, entendendo-se que o povo vencedor de um conflito armado teria direito sobre tudo o que era do povo vencido, inclusive as mulheres. Dessa forma, estas estavam sujeitas à violação pelos vencedores e essa prática era até mesmo considerada legítima para alguns povos, como os gregos (BROWNMILLER, 1994).

Assim, a violência sexual contra mulheres em conflitos armados se viu expressa em diversos casos ao longo da história, sendo alguns deles: o rapto das sabinas no início de Roma na antiguidade; as mulheres chinesas que ficaram conhecidas como *comfort women* na Segunda Guerra Mundial, as quais foram submetidas à prostituição forçada e escravidão sexual pelo Exército Japonês; ainda durante a Segunda Guerra, o campo de Ravensbruck, um campo de concentração nazista apenas para mulheres; na guerra do Vietnã, o exército dos Estados Unidos utilizou muito do estupro contra mulheres vietnamitas para aviltar os homens inimigos e estabelecer o controle sobre territórios por meio da disseminação do terror; na guerra da Bósnia, onde o estupro foi utilizado de forma sistemática para que as mulheres tivessem filhos de croatas e ocorresse uma “limpeza étnica”; a utilização do estupro como arma na Guerra de Ruanda também com vieses étnicos; na República Democrática do Congo em sua extensão da Guerra de Ruanda e também por grupos paramilitares à serviço de empresas que queriam exercer controle sobre regiões ricas em recursos minerais; e, ainda, na América Latina, o caso colombiano e o uso da violência sexual de forma sistêmica pelos

diferentes atores do conflito com objetivos específicos. (AMARAL E SILVA, 2015; FALCÃO, 2015; OLIVEIRA, 2020)

Por muito tempo a violência sexual foi interpretada como uma consequência inevitável da conjuntura de violência generalizada da guerra, concepção que advém fundamentalmente da defesa de uma teoria biossocial, a qual entende que a motivação para o crime de estupro viria de um desejo sexual descontrolado, o que tornaria a violência sexual um ato completamente arbitrário. Hoje essa visão da ocorrência da violência sexual na guerra como uma série de atos isolados de soldados violentos não é mais aceita e entende-se que a violação e outras formas de violência sexual são decorrentes de uma relação de poder (SANTOS, 2019). Apesar dessa visão não ser mais aceita no meio acadêmico e em meio a comunidade internacional, ela ainda não foi superada na sociedade, o que dificulta o estudo de suas origens históricas e a compreensão do seu papel em conflitos armados.

Internacionalmente, a utilização das diferentes formas de violência sexual na guerra passou a receber atenção a partir da década de 1990 por conta do conflito na Iugoslávia e na República Democrática do Congo, sendo reconhecida como uma violação dos direitos humanos das mulheres em conflitos armados na Conferência de Direitos Humanos de Viena em 1993. Posteriormente, em 2008, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 1820, a qual constatou o estupro como uma arma de guerra (OLIVEIRA, 2020). Ou seja, de fato essa é uma concepção extremamente recente e há uma necessidade de se realizar uma revisão historiográfica dos conflitos armados a partir de uma perspectiva de gênero, que compreenda as raízes e as estratégias inerentes ao uso dessa violência.

Assim, é preciso entender o porquê dessa forma de violência apresentar as mulheres como seu principal alvo e expor a que propósitos ela serve em uma guerra. Segundo Thoraya Ahmed Obaid (2007) em “*Violencia sexual: arma de guerra, obstáculo para la paz*” na revista *Migraciones Forzadas*:

A lo largo de la historia, la violencia contra las mujeres se ha aceptado como una característica inevitable, aunque desafortunada, de todo conflicto. En la actualidad, esto está cambiando. Mientras dicha violencia continúa siendo infligida a gran escala, ahora se la reconoce como una amenaza al desarrollo, a la paz y a la seguridad, una violación de los derechos humanos y, según el derecho internacional, un crimen. El reto al que se enfrenta la comunidad internacional radica en conseguir que todas las partes conviertan la prevención, el tratamiento y el enjuiciamiento de la violencia sexual en una prioridad.

Claudia Card (1996) aponta que uma finalidade fundamental do ato do estupro, seja ele praticado em um contexto civil ou em uma guerra, é produzir, comunicar ou manter uma

relação de domínio sobre o outro, uma vez que retira da vítima o controle sobre o próprio corpo. Ainda, a autora também revela: “*Rape is a cross-cultural language of male domination (that is, domination by males; it can also be domination of males*” (CARD, 1996). Seguindo esse pensamento, fica claro que, se o ato do estupro tem como princípio o estabelecimento ou manutenção de uma relação de poder, domínio e subordinação, a vítima mais comum dessa violência é a mulher dada a desigualdade de gênero histórica em que a maioria das sociedades se sustenta.

Vale ressaltar que muitos casos de estupro contra homens advém de uma lógica misógina de que a vítima do sexo masculino “serviria como a mulherzinha” do grupo violador, o que também promove uma invisibilização enorme para que as denúncias destes casos ocorram. A violência sexual contra homens em conflitos armados não é um problema desconhecido da comunidade internacional, mas é ainda menos documentado do que os contra mulheres. O baixo índice de denúncias também pode ser discutido mediante uma ótica misógina de que em muitos casos esses homens vítimas teriam medo de denunciarem e serem vistos como homossexuais ou de perderem seus “status” de virilidade em seus grupos sociais. Como consequência, pouco se conhece sobre a dimensão dessa violência e sobre os desdobramentos para as vítimas, colaborando com a pouca assistência e invisibilidade do crime (MIGRACIONES FORZADAS, 2007; UNITED NATIONS WOMEN, 2016). Wynne Russell (2007), em “*Violencia sexual contra hombres e niños*” na revista *Migraciones Forzadas*, acrescenta:

Pero lo fundamental es que la mayor parte de la violencia sexual constituye un mecanismo mediante el cual los hombres son colocados o mantenidos en una posición subordinada a otros hombres. La violencia sexual dirigida contra los varones ayuda a sacar a la luz el fenómeno más amplio de la violencia sexual relacionada con conflictos armados (incluida la dirigida contra las mujeres y niñas, que representan las víctimas más numerosas) como lo que es: no “una cosa de chicos”, sino un ejercicio de poder y humillación

O presente estudo apresenta como foco a violência sexual contra mulheres em conflito armado, por estas constituírem a maior parte das vítimas dessa forma de violência até então registradas. De fato, em uma conjuntura de conflito armado, ambos os sexos sofrem violências, mas o cerne da questão é a distinção das violências sofridas. Ou seja, um homem é comumente capturado e morto em uma guerra, enquanto uma mulher é capturada, estuprada e morta. (OLIVEIRA, 2020)

Dentro desse contexto da desigualdade de gênero em conflitos armados, observa-se que o ato criminoso do estupro reforça a ideia da mulher como uma propriedade do homem,

de forma que quando se viola as mulheres do inimigo, estes estão sendo humilhados em sua virilidade: não se viola uma mulher de uma comunidade inimiga como um ataque pessoal a um determinado homem, mas sim como um ataque à comunidade, aspirando a desmoralização destes homens vistos como incapazes de proteger “suas” mulheres, muitas vezes tidas como um símbolo de honra para o grupo. (SANTOS, 2019; AMARAL E SILVA, 2015)

Para Olujic (1998), la violencia sexual genera sufrimiento en los hombres cuando se evidencia su incapacidad para “proteger su propiedad” incluyendo sus mujeres. Así, el ocultamiento de la violencia sexual, tanto individual como social busca salvar el honor masculino, puesto que un reconocimiento público demostraría su fracaso en su rol protector. Los crímenes de violencia sexual requieren apoyo y acompañamiento psicosocial debido a los efectos catastróficos que genera en la víctima y en su comunidad. (GUALDRON, 2015).

Dessa maneira, os corpos femininos adquirem uma noção de campo de batalha, imersos em uma guerra política e simbólica, o que torna a violação de seus corpos comparável à conquista de territórios (SANTOS, 2019; AMARAL E SILVA, 2015). A *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2008) explica bem essa relação do corpo feminino com a guerra em:

La cultura patriarcal se expresa en el cuerpo de las mujeres de múltiples formas: la violación, el feminicidio, el hostigamiento y el acoso sexual, la esclavitud sexual, la servidumbre doméstica, el control afectivo y económico, entre otras. El poder patriarcal se materializa también en la guerra, convirtiendo el cuerpo de las mujeres en territorio que se disputan los actores armados. En el campo de batalla, se viola, se humilla, se tortura y se maltrata a las mujeres, se rapta a mujeres para complacer sexualmente a los combatientes. La cultura militar valora la agresividad y refuerza los estereotipos machistas, al tiempo que subvalora las cualidades que se atribuyen tradicionalmente a las mujeres. En el proceso de formación de los soldados, las fuerzas armadas estimulan la vinculación emocional entre varones y las expresiones de virilidad, a fin de que los soldados tengan confianza mutua y se muestren reacios a hacer cualquier despliegue de debilidad en presencia de sus pares, lo cual se ridiculiza como una actitud femenina.

Ou seja, isso leva a constatação de que a violência sexual “não surge sem premissas vindas dos tempos de paz e não se esgota depois da guerra” (SANTOS, 2019). Apesar da verificação de que as diferentes formas de violência sexual ocorrem de maneira mais inflada durante conflitos armados, além de servirem à propósitos específicos e táticos de cada grupo envolvido na guerra, ela provém de uma violência de gênero já presente e enraizada nas mentalidades em tempos de normalidade.

Para além da noção de propriedade, tomando-se como exemplo o caso colombiano, um relatório da *United Nations Women* (2016) demonstra o peso da desigualdade de gênero estrutural em uma sociedade imersa em um conflito histórico:

In Colombia, then, progressive legislation, judicial decisions, and executive decrees back women's rights and promise to address sexual and gender-based violence. Nonetheless, centuries of structural discrimination, mistreatment, and gender-based violence, have been exacerbated by a history of colonialism, racism, homophobia, and poverty. Elite political culture is marked by practices of exclusion and indifference to women's contributions. Strong cultural expectations that women's place is in the home prevail. Patriarchal attitudes that position women as inferior to men, discriminatory practices of exclusion and mistreatment of women, and entrenched gender stereotypes and roles continue to be strong barriers to equality .

A questão da discriminação estrutural, da violência de gênero e das práticas de exclusão não podem ser compreendidas à parte da história do desenvolvimento capitalista. A realização de uma revisão historiográfica a fim de entender a história das mulheres, as posições impostas sobre essas nas sociedades ocidentais e por fim o papel da violência sexual na sujeição feminina, não pode ser concluída de forma alienada ao funcionamento do capital.

Silvia Federici aborda a violência contra mulher sob o regime do capital, apontando que essa violência faz parte do alicerce de formação e sustentação do capitalismo. Federici ultrapassa a ideia de que a desumanização das mulheres, que levam a um conseqüente processo de violência, faria parte apenas de uma cultura. Segundo a filósofa, a violência contra mulher, incluindo nesse contexto a violência sexual, foi um instrumento utilizado à serviço do capital desde sua fundação, visando a apropriação das terras pertencentes às mulheres, a destruição das relações que as uniam, com o intuito de explorá-las, de possuir uma mão de obra mais barata e de controlar a procriação (FEDERICI, 2017). Ainda, é importante observar que muitos meios foram utilizados neste processo de coisificação da mulher, o qual facilita a disseminação da violência e uma falta de percepção desta até mesmo sob a ótica da própria mulher.

Seguindo a lógica acima, entende-se que, na formação da sociedade capitalista, as mulheres passam a ser consideradas propriedades e a violência é usada como forma de controle, além de as colocar em uma posição de "inimigo" na classe trabalhadora que, despossuída, encontra nessas mulheres a projeção de sua propriedade, recrudescendo ainda mais a violência sofrida por elas. Ou seja, a violência sofrida pela classe como um todo se prolonga em dobro sobre as mulheres, construindo-se uma sociedade capitalista patriarcal. Essa oposição entre homens e mulheres também serve ao capital no sentido de colaborar estrategicamente com a alienação da classe trabalhadora quanto a sua própria condição, transferindo o ódio à burguesia ao ódio às mulheres (FEDERICI, 2017).

Federici (2017) explica que nesse período de construção do capitalismo, uma das violências mais recorrentes foi a sexual. Para além disso, a filósofa ainda acrescenta que na

Europa as autoridades foram passivas mediante as ocorrências e denúncias de estupro, ocorrendo, no âmbito prático, uma descriminalização dessa violência. Assim, Federici observa:

o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum, que se realizava aberta e ruidosamente durante a noite, em grupos de dois a quinze que invadiam as casas ou arrastavam as vítimas pelas ruas sem a menor intenção de se esconder ou dissimular. (FEDERICI, 2017)

É importante compreender como esse posicionamento permissivo do Estado em relação à violência sexual contra a mulher impulsiona para a continuidade dessa e também para o fortalecimento de valores misóginos em meio às sociedades. Isso ocorre por conta dessa naturalização com que a violência contra mulher passa a se discorrer, seja ela sexual ou não. Essa naturalização subtrai a condição de humanidade da figura da mulher e ela se torna um simples objeto a ser possuído.

Vale ressaltar que questões sobre a coisificação da mulher e sua consequente desumanização são continuamente discutidos como elementos chave perpetuadores da violência sexual. Naomi Wolf discorre sobre esse tema da visão da mulher como objeto propagada nos principais meios de comunicação e relaciona os reflexos dessa cultura misógina em uma pesquisa reveladora feita com universitários da UCLA em 1986: segundo os resultados obtidos, 30% dos estudantes relataram que cometeriam estupro se estivessem seguros de que não sofreriam nenhuma consequência. Ainda, quando a palavra “estupro” foi substituída pela expressão “forçar uma mulher a fazer sexo”, 58% afirmaram que sim. (WOLF, 2020). Ou seja, reitera-se que, seguindo como referência teórica Silvia Federici, os elementos hoje constatados como parte uma cultura misógina, a qual se expressa em todas as esferas sociais, nada mais são do que a continuidade de um sistema patriarcal e misógino instituído no princípio de formação da sociedade capitalista, à serviço desta.

Federici (2017) aborda que a transição ao capitalismo na Europa e a dominação das populações nas Américas foram marcadas por um movimento de expulsão de terras, empobrecimento e disseminação de instrumentos repressivos que haviam sido criados no continente europeu para o chamado Novo Mundo, como a caça às bruxas.

Federici explica como a construção dessa imagem da mulher como “bruxa” é utilizada para validação da concepção de uma supremacia masculina. A caça às bruxas induzia a um temor coletivo sobre o caráter das mulheres, era utilizada para que os homens se livrassem de esposas e/ou amantes não mais desejadas, além de colocar constantemente em dúvida a

palavra de uma mulher, limitando também sua capacidade de denunciar casos de estupro. Essa campanha ao terror e desconfiança sobre as mulheres, segundo a filósofa, ajudou a destruir a solidariedade entre a classe trabalhadora, reprimindo-a de maneira mais assertiva. Federici acrescenta que: “Instigavam que foram expropriados, empobrecidos e criminalizados a culpar a bruxa castradora pela sua desgraça e a enxergar o poder que as mulheres tinham ganhado contra as autoridades como um poder que as mulheres utilizariam contra eles” (FEDERICI, 2017). Tudo isso contribuiu para a construção de uma estrutura cultural misógina no ocidente, e esse ódio e desumanização à figura da mulher são centrais quando se trata de violência sexual.

Ainda, a filósofa aponta que essa caça às bruxas e todos os elementos implícitos envolvidos desse fenômeno considerado limitado à Europa, se estenderam de maneira análoga na América com a colonização da seguinte forma:

Ambos trabalhos demonstram que, também no Novo Mundo, a caça às bruxas constituiu-se em uma estratégia deliberada, utilizada pelas autoridades com o objetivo de propagar terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades inteiras e instigar o conflito entre seus membros. Também foi uma estratégia de cercamento, que, segundo o contexto, podia consistir em cercamentos de terra, de corpos ou de relações sociais. Assim como na Europa, a caça às bruxas na América foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio. (FEDERICI, 2017)

Ainda, Federici (2017) aponta que anteriormente à colonização, as mulheres possuíam suas próprias organizações e tinham suas contribuições respeitadas em meio a suas comunidades. A colonização objetivou reduzir a importância dos seus papéis e subjugar sua posição social pela condição de gênero. A caça às bruxas foi apenas um dos instrumentos utilizados neste processo, tal como a violência sexual, para reprimir as resistências anticapitalistas e anticoloniais encontradas no Novo Mundo, muitas delas representadas por mulheres indígenas, com sua forte conexão à terra.

Após essa breve revisão historiográfica sobre os primórdios da violência contra mulher e sobre a construção de um imaginário que corrobora com isso, pode-se compreender melhor os fundamentos por trás da violência sexual e como ela necessariamente imputa uma relação de poder. Essa violência sexual se prolonga para os conflitos armados com toda a bagagem misógina já presente nos períodos de paz, mas vai para além disso e se projeta com objetivos específicos.

Nesse sentido, é importante recorrer aos aspectos estratégicos inerentes a essa arma de guerra. Claudia Card (1996) discute o uso da violência sexual em cenários bélicos e aponta

que: “*rape in a patriarchal culture has a special potential to drive a wedge between family members and to carry the expression of the perpetrator's dominance into future generations*” (CARD, 1996).

Card (1996) também disserta sobre o potencial do estupro como arma para promover expulsão de uma terra, o que pode ser enxergado no caso colombiano e será posteriormente analisado, além de sua força para destruir laços comunitários, desmoralizar e romper laços entre as vítimas e, por último, criar laços entre os perpetradores. Por fim, a autora define que o estupro marcial se transformou, na verdade, em uma instituição política.

Katie Thomas (2007) também disserta em “*Violencia sexual: arma de guerra*” na revista *Migraciones Forzadas* sobre o impacto que a violência sexual abarca sobre as esferas física, psicológica e social. Segundo ela, para além do dano físico provocado pela violação, os efeitos psicológicos possuem um efeito devastador na vítima quando comparados com outras formas de violência pelo fato de haver uma invasão do espaço mais íntimo de uma pessoa. Ela aponta que frequentemente as mulheres violentadas sentem ansiedade e angústia profunda, podem desenvolver transtornos mentais, passam a encontrar dificuldade em realizar tarefas habituais e interagir com outras pessoas, além de sofrerem maior risco de cometer suicídio.

Muitas comunidades possuem nas mulheres seus pilares de formação, organização e unidade. Assim, a violência sexual cometida contra essas mulheres e suas consequências psicológicas, como as citadas acima, podem afetar e desestruturar toda a comunidade, como apontado por Katie Thomas (2007) em:

Mientras que la mayor parte de la violencia durante la guerra tiene como objetivo matar al enemigo, la violencia sexual se perpetra a menudo no sólo para causar heridas físicas y humillación, sino también para contribuir a la destrucción de la cultura contraria. El daño a la vida cultural y comunitaria originado por el empleo de la violencia sexual en la guerra puede perdurar durante generaciones. El daño psicológico a largo plazo y el sufrimiento continuo significan que este tipo de violencia afecta no sólo a la sobreviviente inmediata, sino también a sus hijos, nietos, familia directa, familia lejana y vida comunitaria.

Além disso, Katie Thomas (2007) ressalta a situação de marginalização que muitas vezes é imposta às mulheres vítimas de violação em muitas sociedades. A culpabilização e condenação da vítima ainda é comum, sendo possível que essa mulher, ao denunciar o crime, seja até mesmo expulsa de sua família e/ou comunidade. Essa questão contribui para potencializar o medo da exclusão, desestimular as denúncias e dificultar ainda mais o estudo da dimensão desses crimes e formulação de estratégias e resoluções internacionais.

Em parte, o medo de denunciar o crime de violência sexual em um contexto de guerra advém do mesmo medo de se denunciar o crime em um cenário de paz: o descrédito da palavra da mulher, o que se faz presente desde todo o contexto de caça às bruxas explorado por Silvia Federici, além da falta de apoio das instituições, as quais, formadas em sociedades patriarcais, acabam reproduzindo descaso perante essa violência. Ainda, em um conflito armado a situação se dificulta ainda mais e a comprovação do crime fica ainda mais distante da realidade.

Os resultados da campanha *“Violaciones y otras violencias: saquen mi cuerpo de la guerra”* ilustram que *“4 de cada 10 víctimas de violencia sexual no reconocen haber sido víctima antes de indagar por cada uno de los tipos de hechos que constituyen la categoría violencia sexual utilizada en esta investigación”* (INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA, 2011, 2017). Ainda, outros resultados demonstram como mulheres que se reconhecem vítimas de crimes de violência sexual no conflito armado optam por não denunciar:

Las razones más recurrentes para no denunciar, según las mujeres que no lo hicieron, son: el 46,70%, es decir, 187.846 mujeres, “prefirió dejarlo así”; el 28,46%, es decir, 114.474 mujeres, tuvo miedo a represalias; el 8,54% es decir, 34.343 mujeres, no sabe cómo hacerlo; el 7,31%, es decir, 29.422 mujeres, no cree ni confía en la justicia; y el 5,87% es decir, 23.598 mujeres, no quería que los familiares se enteraran. Con menores participaciones porcentuales: 2,53%, es decir, 10.165 mujeres, sintió vergüenza y humillación; para el 0,31% es decir, 1.255 mujeres, el lugar de la denuncia le es muy distante; y el 0,29%, es decir, 1.161 mujeres, no tenía recursos económicos para ello.

Assim, a culpabilização da vítima, o medo da marginalização, a dificuldade de denúncia e a visão da violência sexual como um espólio de guerra se constituem como aspectos que contribuem para que os crimes sexuais permaneçam estigmatizados e invisibilizados. Esse cenário colabora para perpetuação dos crimes e é inclusive vantajoso do ponto de vista dos violadores por disporem de uma arma silenciosa, sendo amplamente utilizada seja para destruir o cerne de uma comunidade, provocar deslocamentos ou quaisquer outros objetivos.

3. A conjuntura do conflito armado colombiano

Inicialmente, é importante destacar que adota-se a nomenclatura de “conflito armado” por conta da presença desta constar nas principais referências utilizadas para o presente

trabalho, como: Centro de Memória Histórica da Colômbia, o movimento feminista *Ruta Pacífica de Las Mujeres*, o livro “Uma História da Onda Progressista Sul-Americana (1998-2016)” de Fábio Luis Barbosa dos Santos, além de outros autores como Jairo Estrada Álvarez, Dario Fajardo e Hernando Calvo Ospina.

É difícil precisar as origens dos problemas na Colômbia, até porque alguns autores como Ospina (2010) indicam que as raízes se iniciam na colonização, outros, como Jairo Estrada Álvarez (2015) sugerem que as causas e a persistência do conflito armado se encontram no processo de acumulação capitalista pautada em violência e desapropriação. Ainda, é difícil também mensurar o nível de violência implicado, a dimensão do número de mortes e o início disso porque, de acordo com o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) e demais estudiosos do conflito, uma parte central dessa violência, estupros e assassinatos advém do próprio Estado, não sendo totalmente registrada.

Entretanto, retomando a questão sobre o princípio da violência, é nítido que a história de colonização não pode ser vista de forma apartada da forma como a acumulação capitalista se desenvolve em território colombiano, o que será discutido. Porém, o foco para a compreensão da conjuntura política, econômica e social do conflito armado se dará a partir das décadas de 1920 e 1930, marcadas por manifestações em torno da falta de direitos trabalhistas para os trabalhadores urbanos que atuavam em empresas estrangeiras, pelo crescente desemprego a partir da crise de 1929, além dos problemas crescentes com a população indígena e do campo, diretamente impactada com a expansão do latifúndio agroexportador (FAJARDO, 2015).

O marco dessas décadas se encontra na utilização da repressão estatal, em favor de interesses estrangeiros, contra essas manifestações populares, além do princípio das mortes de lideranças políticas principalmente no campo, ajudando a compreender a centralidade da questão agrária no conflito armado colombiano (OSPINA, 2010; *RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES*, 2013). Esse fator central do conflito pode ser observado em:

Segundo a Oxfam (2017), a Colômbia é um dos países com o maior número de concentração de terras da América Latina sendo que 81% das terras, majoritariamente produtivas, pertencem a 1% ou menos da população do país colombiano (OLIVEIRA, 2020).

Retomando a questão da colonização na Colômbia, Ospina (2010) indica como o processo de fragmentação da América Latina na consolidação das independências acaba levando à ascensão das elites locais e estrangeiras, gerando uma concentração de terras em

torno dos latifundiários e de uma burguesia herdeira do sistema colonial. A forma como a independência colombiana ocorreu reproduziu a continuidade de sua condição de dependência, presente também no restante da América Latina.

Segundo o informe produzido por Jairo Estrada Álvarez para *Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas* (2015) sobre o conflito armado colombiano, entende-se que “*no es posible la escisión entre guerra y acumulación capitalista. La primera ha sido consustancial a la segunda*”. O autor apresenta que a inserção colombiana na economia mundial e forma de acumulação capitalista que prevaleceu em sua história são aspectos essenciais para a compreensão do conflito.

Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018) explica que, ao longo do século XIX, os índices de acumulação da Colômbia eram menores do que países como Peru, Chile e Bolívia. Ainda, com a entrada do século XX, o investimento estrangeiro na Colômbia era de apenas 8% em comparação aos demais países do continente. Ou seja, isso demonstra o quanto o país estava apartado dos grandes movimentos econômicos internacionais, o que passa a mudar a partir da expansão cafeeira nos anos de 1910.

Jairo Estrada Álvarez (2015) indica que a Colômbia se integra ao sistema econômico internacional como exportadora de bens primários, principalmente com o café, formando uma economia bastante frágil. Mais que isso, entende-se que a terra se coloca como centro de formação deste regime de acumulação capitalista, o que leva a repercussões.

La conformación de este régimen de acumulación se fundamenta en continuas luchas y disputas entre las clases dominantes y sus principales facciones, que derivan en la transacción y el compromiso, con rasgos de relativa inestabilidad. Asimismo, en la movilización y las luchas sociales, obreras y especialmente agrarias; y en la función organizadora de la guerra y del ejercicio de la violencia. Ello resulta más comprensible cuando se considera que en el eje de la conformación de dicho régimen se encuentra la tierra. Y más que ella, la presión por su inclusión dentro del proceso de acumulación capitalista, lo cual demandaba la transformación de las relaciones de propiedad para superar en forma definitiva el régimen señorial-hacendatario y dar paso a la democratización de la propiedad a través de la reforma agraria. (ÁLVAREZ, 2015)

Entretanto, como esclarecido por Jairo Estrada Álvarez (2015), a questão da terra é tratada de forma reacionária, levando a construção de um regime de produção baseado na extrema concentração fundiária, deixando a classe trabalhadora rural, os camponeses e indígenas excluídos do acesso à terra. Ainda, o autor acrescenta que, para ampliar a fronteira agrícola, começou a se constituir um processo de tomada de terras do campesinato, submetido a diferentes formas de violência, gerando uma resposta de contestação. Sobre a economia do café, Jairo Estrada Álvarez ressalta que:

Reafirmó igualmente el poder de la burguesía cafetera, la cual logró consolidar su posición hegemónica gracias del peso mayúsculo alcanzado por esa economía dentro del conjunto de la actividad económica, haciendo del café el principal producto de exportación y por tanto de generación de divisas, y fuente fundamental de excedente para impulsar la industrialización. A la vez, provocó una modalidad de inserción de la economía colombiana en la economía mundial, que ha prevalecido hasta la actualidad: además de sensible a los ciclos mundiales de acumulación, propicia la lógica de las economías rentísticas, y con ello, el interés de facciones de las clases dominantes en el control sobre dichas rentas (*COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS*, 2015).

A respeito dessa centralidade da economia agroexportadora nos anos 1920 e 1930, Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018) pontua um episódio importante na história colombiana: em 1928 ocorreu uma greve de trabalhadores bananeiros que terminou em massacre. A tamanha repercussão da greve deu início às lutas operárias na Colômbia, além de tornar notável a figura de Eliécer Gaitán, de origem liberal, mas que passou a ser visto como um líder que incorpora os anseios da população por mudanças sociais.

Eliécer Gaitán começa a aumentar sua influência dentro das massas populares, tanto entre os proletários quanto no campesinato, sob as pautas de reforma agrária e direitos trabalhistas. Seus seguidores passaram a ser conhecidos como gaitanistas e se viu nesse período o fortalecimento de uma base eleitoral voltada para ele (OLIVEIRA, 2020).

Durante 1930 e 1948 houve um período de predomínio liberal na política, mas as pressões por acesso à terra e os protestos urbanos se intensificaram. Em concomitância a isso, Gaitán caminhava para a formação de um movimento político de base popular, rompendo com o bipartidarismo. A possibilidade do povo participar da política gerou reações, entre elas uma de inspiração falangista, com valores católicos e uma cultura repressiva. (SANTOS, 2018).

No âmbito internacional, a crise pela guerra civil espanhola e pela Segunda Guerra Mundial estava em curso. Internamente, nesse período, a Colômbia também aprofunda sua crise a partir de um episódio marcante: em 1948 Jorge Eliécer Gaitán é assassinado, o que é visto pelos historiadores como um dos marcos para o início do conflito civil colombiano (FAJARDO, 2015). Como bem colocado por Flávia Aline de Oliveira (2020):

Embora não fosse um revolucionário, mas sim um liberal, Gaitan era visto como um líder de massas para a maior parte dos setores populares na Colômbia, seu assassinato marcou a derrota do liberalismo, especialmente de um liberalismo de esquerda reformista cujas conciliações tornaram-se insuficientes para as classes hegemônicas do país. Esse momento também marca a derrocada de projetos populares acerca de direitos trabalhistas, soberania, e uma possível reforma agrária popular. (OLIVEIRA, 2020)

A partir desse momento, o Partido Liberal é cercado pelo Conservador, que incorpora as aspirações conservadoras de dentro do Exército, da Igreja e grupos empresariais. Protestos passam a ser criminalizados e se inicia uma onda de assassinatos de seguidores e supostos seguidores de Gaitán cometidos pelo Partido Conservador. Nesse sentido, os anos de 1950 se iniciam com um grande derramamento de sangue e com a ascensão de forças conservadoras ao poder, agindo pelas instituições oficiais e também por meio de milícias (OLIVEIRA, 2020).

Os protestos ocorridos após a morte de Gaitán em toda a Colômbia ficaram conhecidos como “*El Bogotazo*” e como represália surgiram alguns grupos armados dentro dos partidos para reprimir esses movimentos. O recrudescimento da repressão levou esse período a receber a alcunha de “*la violencia*” pela generalização de atos cruéis como o desmembramento de pessoas e exibição das partes decepadas. Esse período é visto por muitos estudiosos como determinante do grau e natureza da violência que o conflito armado colombiano assumiria, bem como o seu princípio (CENTRO DE MEMÓRIA HISTÓRICA, 2013).

No caso colombiano, a insurreição popular desencadeada pelo assassinato do favorito nas próximas eleições presidenciais engendrou um processo de perseguição e assassinato de lideranças e trabalhadores ao liberalismo, tanto nas cidades como no campo. Em linhas gerais, a reação conservadora consumou um processo de “substituição do modelo da república liberal - intervencionismo econômico e liberalismo político - pelo absolutismo político e liberalismo econômico” (SANTOS, 2018).

Segundo Fábio Luis Barbosa dos Santos (2018), a partir do período conhecido como “*la violencia*”, o padrão de luta de classes na Colômbia passou a ser caracterizado pela violência aberta e generalizada. Ainda, ressalta-se que a repressão aos gaitanistas enfraquece o movimento, mas a resistência popular permanece, havendo uma integração de movimentos comunistas perseguidos nas cidades à luta rural, o que vai repercutir muito também nas discussões quanto ao caráter do conflito.

Sendo assim, faz-se necessário retomar a visão de Fajardo (2015) sobre a centralidade do fator da acumulação capitalista para o entendimento do conflito armado colombiano a medida que se vê de forma intrínseca ao conflito a dualidade da luta de classes expressa pelo movimento popular dos camponeses e as forças repressivas do Estado, representantes de uma burguesia conservadora. Nesse cenário, o elemento central do conflito é a terra.

De acordo com Ospina (2010), a partir desse momento histórico surge o terrorismo de Estado na Colômbia, o qual se caracteriza por ter nas forças do Estado o principal instrumento

de massacres, assassinatos e perseguições no país. Esse Estado ganha apoio internacional dos Estados Unidos e fica conhecido por atos de violência como valas de camponeses, perseguições de lideranças sindicalistas e também pelo uso da violência sexual contra mulheres.

Vale ressaltar que entre 1953 e 1957 a Colômbia vive uma ditadura comandada por Rojas Pinilla, que persegue grupos de camponeses bem organizados na luta popular. Neste momento se inicia a formação de grupos que seriam os grandes precursores dos paramilitares, os quais vão assumir um papel central no conflito e nas relações políticas. A ditadura foi derrubada em 1957, se criam expectativas quanto a mudanças estruturais no campo, mas a resistência em promover uma reforma agrária prevalece e a tensão na zona rural aumenta (SANTOS, 2018).

A violência no campo e os consequentes deslocamentos forçados levam a um inchaço das cidades com mão de obra barata para expansão da indústria. Porém, o Estado privilegia sua economia mediante os interesses da burguesia cafeeira e não implanta uma política de industrialização. Isso leva a uma grande fragilidade em termos econômicos, expondo o país à economia mundial, levando a uma política de abertura aos investimentos estrangeiros sem priorizar o desenvolvimento de uma indústria nacional. Dessa maneira, observa-se que no início dos anos de 1960, grande parte da indústria era controlada por capital estrangeiro. (COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS, 2015).

Nesse sentido, a partir de 1960, a crise econômica agravada pela ausência de consolidação de uma indústria nacional e a fragilidade da economia cafeeira, com pouca competitividade internacional, leva uma nova resposta: a inserção da Colômbia na economia transnacional de drogas ilícitas. Na segunda metade da década de 1970 há um predomínio do cultivo da maconha, e a partir de 1980 a produção de cocaína é consolidada como produto-chave da economia colombiana. (COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS, 2015).

Segundo Jairo Estrada Álvarez (2015), a cocaína se torna fator fundamental para o alcance da estabilidade macroeconômica na Colômbia, como apontado em:

Esta economía se convirtió en factor indispensable de la estabilidad macroeconómica, estimuló la especulación inmobiliaria en los centros urbanos, provocó la mayor concentración de la propiedad sobre la tierra, y contribuyó a expandir el negocio financiero a través del lavado de activos, especialmente a partir de los años de 1990. De esa forma, se constituyeron zonas grises de la acumulación de capital, con comportamientos autónomas, pero articuladoras e integradoras de las formas legales e ilegales.

Do ponto de vista do campesinato, esses trabalhadores paupérrimos veem na produção de folha de coca sua alternativa para sua sobrevivência. Porém, é importante ressaltar que essa camada da população não sofre nenhuma ascensão social pela economia das drogas, dado que a riqueza gerada pelo narcotráfico é acumulada por um alto escalão da sociedade, que também se infiltra na política e incentiva políticas neoliberais, prejudicando o campesinato. Essa construção da economia das drogas levou a mudanças muito grandes na história colombiana: se viu o avanço da fronteira agrícola, uma grande transformação socioeconômica na qual a economia transnacional de drogas se tornou um dos principais meios de acumulação utilizando da expropriação, além do surgimento de fato do paramilitarismo. Segundo Ospina (2010) e o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013), somente na década de 1970, essa expropriação alcançou aproximadamente 11% do território nacional. Além disso, em paralelo ao crescimento econômico pelas drogas, houve um processo de militarização da vida política, econômica e social da Colômbia (*COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS*, 2015).

Ainda, no momento de formação das forças paramilitares também há um recrudescimento da resistência camponesa e formação das principais guerrilhas colombianas, como explica Fábio Luis Barbosa dos Santos (2018) em:

Simultaneamente, se inoculava a doutrina da “segurança nacional”, fundamentando políticas contrainsurgentes que incluíam o aliciamento de comunidades rurais e a formação de bandos paramilitares. Neste contexto, o bombardeamento de territórios geridos pelos camponeses converteu milícias de autodefesa sedentárias em forças móveis. É este o processo na origem das principais guerrilhas colombianas que seguiram em combate no século XXI: as FARC e o Ejército de Liberación Nacional (ELN), ambas com mais de 50 anos de existência. (SANTOS, 2018)

A formação e o crescimento das guerrilhas recebeu apoio majoritariamente do campesinato, pelo apoio destas às lutas que ocorriam no campo pelo fim da violência e das expropriações. Nesse sentido, os camponeses e o proletariado passam a ver o Estado como seu inimigo dado que as políticas públicas promovidas até então haviam apenas prejudicado as condições de vida desses grupos, tomando como exemplo o roubo de terras pelas forças militares e paramilitares a serviço de latifundiários e burgueses (OSPINA, 2010; OLIVEIRA, 2020).

As guerrilhas colombianas atingiram seu auge de número de militantes entre 1984 e 1994, período marcado pela liberalização financeira e comercial, além de uma desnacionalização da economia, elementos pertencentes ao projeto neoliberal que cresce na América Latina nesse momento, em congruência com o crescimento avassalador do

narcotráfico. Dentro da economia transnacional ilícita de cocaína, a Colômbia passa a ser a grande protagonista do refino e distribuição a partir dos anos 1980. Além disso, é importante destacar que um dos maiores países consumidores são os Estados Unidos, chegando a estatísticas de que: “Em 1978, a Colômbia fornecia entre 60% e 65% do produto consumido nos Estados Unidos” (SANTOS, 2018).

O narcotráfico, em especial a cocaína, começa a adquirir um peso cada vez maior na economia colombiana, ultrapassando as exportações de café (SANTOS, 2018). Ainda, essa visão da Colômbia como um ator chave no comércio transnacional de drogas ilícitas, possuindo nos Estados Unidos um grande mercado consumidor, passa a acarretar consequências sociais importantes. Como explicado por Fábio Luis Barbosa dos Santos (2018):

As relações do país com os Estados Unidos foram anguladas, desde então, pelo combate ao narcotráfico. Fumigações, extradições e militarização da questão das drogas são os pilares de uma política que, frequentemente, foi instrumentalizada para criminalizar os movimentos sociais em geral e a insurgência em particular. O tom desta associação foi dado pelo embaixador Lewis Tambs, que cunhou o termo “narcoguerrilha” em 1984.

É importante realçar que essa pressão estatal e as políticas voltadas para guerra às drogas, muitas delas apoiadas pelos Estados Unidos, não estão voltadas para repressão do alto escalão na lógica do narcotráfico. As ações que se encaixam nesse discurso do combate às drogas majoritariamente ocorrem no sentido de reprimir o campesinato que cultivava a folha de coca como sua forma de sobrevivência.

Como apontado por Jairo Estrada Álvarez (2015), a ação estatal diante da expansão do cultivo da folha de coca não se deu no sentido de gerar novas alternativas econômicas para esses trabalhadores, mas sim na intensificação do conflito armado no campo, a qual ocorre tanto por meio das forças oficiais do Estado, quanto pelos grupos paramilitares que surgem. Jairo Estrada Álvarez (2015) ressalta que: “*El tratamiento militar de un problema esencialmente socioeconómico y político, amplió la lógica de la guerra*”. Essa resposta estatal contribui com o fortalecimento da visão do campesinato de que o seu inimigo é o Estado.

A respeito da dimensão do narcotráfico, é necessário compreender que há uma forte ligação com o Estado à medida que há uma penetração nas instituições políticas e na alta sociedade. Por exemplo, Pablo Escobar chega a ingressar no Parlamento pelo Partido Liberal no ano de 1982, sendo que muitos políticos que se opuseram à relação do narcotráfico com o

partido foram assassinados. Ainda, o narcotráfico apoiou muito as políticas neoliberais, visando uma liberalização financeira e uma maior facilidade para a lavagem de dinheiro (SANTOS, 2018).

Neste conflito envolvendo a disputa por terras, a expulsão de camponeses e a guerra às drogas observa-se umnexo conflitivo envolvendo as forças do Estado, grupos paramilitares, guerrilhas e o narcotráfico. Dessa maneira, começa a haver o alastramento de políticas de segurança extremamente violentas. Por exemplo, em 1981 um grupo de traficantes organiza o MAS (*Muerte a Secuestradores*) com o intuito de matar militantes de esquerda. Esses grupos paramilitares crescem nos anos 1980 e 1990 com apoio do Estado, dos Estados Unidos, e financiados por fazendeiros, multinacionais e traficantes de drogas (SANTOS, 2018). Dessa forma, como explicita Flávia Aline de Oliveira (2020): “Os paramilitares podem ser considerados o braço armado do capital”.

A militarização presente na Colômbia e a utilização da violência como resposta fica nítida no seguinte período: em um dos processos de paz na década de 1980 as FARC entregam as armas para se tornarem um grupo político, a Unidade Patriótica (UP), e reivindicarem seu posicionamento pela via legal; entretanto, à medida que a UP cresce e obtém representantes no Senado, no Congresso e conquista 23 prefeituras em 1988, forças paramilitares passam a assassinar os candidatos vencedores das eleições. Alguns índices demonstram que o número de vítimas aproxima-se de 2.500 pessoas (*COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS*, 2015).

Ou seja, entende-se que no cenário político colombiano não há espaço para oposição pela via eleitoral, o qual permanece sob controle das classes dominantes associadas ao agronegócio, ao extrativismo e ao narcotráfico, que praticam a expropriação de terras, financiam grupos paramilitares para combater as guerrilhas e estão infiltradas nas instituições estatais.

O Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) apresenta o dado que entre os anos de 1981 e 2012 foram reportados 588 eventos de violência que exibiam indícios de tortura nos corpos de 15.300 pessoas. Dentre esses casos marcados pela utilização de violência extrema, 63% foram imputados a grupos paramilitares, 21,4% a grupos armados não identificados, 9,7% às forças estatais, 5,1% às guerrilhas e 0,7% aos paramilitares em conjunto com as forças do Estado. O Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) e a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) ressaltam que os massacres e ações pautadas por elevado grau de violência são comuns das forças paramilitares.

Posto isso, entende-se que existe uma centralidade do conflito na questão agrária, um problema comum à América Latina que não foi resolvido desde a onda de independências. Em congruência com isso, retomando a discussão inicial, como explicitado por Jairo Estrada Álvarez (2015): *“No es posible la escisión entre guerra y acumulación capitalista. La primera ha sido consustancial a la segunda”*. Nesse sentido, é a acumulação capitalista voltada para o agronegócio, extrativismo e posteriormente à economia das drogas que impediu a realização de uma reforma agrária e fomentou o conflito no campo com a tomada de terras e o deslocamento forçado.

Há uma discussão quanto ao início exato do conflito armado colombiano, porém entende-se que a violência e a expropriações no campo estão presentes desde 1920 com a base agroexportadora da economia. Entende-se que o conflito se aprofunda a partir da década de 1950 com a ascensão das forças conservadoras e o assassinato de Gaitán, e há uma crescente militarização na Colômbia que atinge seu apogeu com o narcotráfico a partir de 1970, a formação dos grupos paramilitares e o apoio dos Estados Unidos à chamada guerra às drogas.

Por fim, com o recrudescimento dos assassinatos, torturas e estupros contra mulheres a partir dos anos 1980, a Colômbia passa a ser vista como o país com uma das conflitos armados civis mais longos no sul global. Em contradição a isso, a situação da guerra civil colombiana não apresenta muita repercussão nas mídias afora, com ressalva às notícias sensacionalistas em relação às FARC e movimentos sociais, constantemente demonizados, o que, segundo Ospina (2010), converge com a visão propagada pelos Estados Unidos. Por último e também em congruência com esse silenciamento do conflito, a partir do governo de Álvaro Uribe em 2002, o qual aprofunda a aliança com os Estados Unidos, passa a ser propagada uma narrativa de que não haveria mais conflito na Colômbia, enquanto na realidade neste período observa-se, por exemplo, o pico dos índices de estupros, o que será discutido na próxima seção (OLIVEIRA, 2020).

4. A violência sexual no conflito armado colombiano e sua prática no governo Álvaro Uribe

A compreensão das raízes da violência sexual no conflito armado colombiano extravasa o próprio conflito em si e, para um entendimento mais amplo, deve partir da história colonial, da desigualdade de gênero estrutural e do funcionamento do capital, questões já abordadas anteriormente.

Dito isso, partindo-se de uma ótica mais minuciosa da sociedade da Colômbia e dos atores envolvidos no conflito armado colombiano, observa-se que o uso da violência sexual, além de partir da determinação de gênero, também é envolvida por questões de raça/etnia e classe. Esse cenário é perceptível à medida que, em sua maioria, as vítimas da violência sexual em maio ao conflito são mulheres pobres, principalmente negras e indígenas, que vivem no meio rural (OLIVEIRA, 2020).

Segundo dados de um relatório da *United Nations Women* (2016), trazendo uma análise entre os anos de 1958 e 2012, a Colômbia apresentou um deslocamento forçado de 5 milhões de colombianos em 6,6 milhões de hectares de terras. Dentro dessa estatística dos deslocados, inferiu-se que as mulheres e crianças representam 78% dessa população. Além disso, os índices apresentados até 2015 também destacaram a Colômbia como o país com o maior número de deslocados internos do mundo após a Síria. Em suma, esses dados servem como base para compreensão da dimensão do conflito armado colombiano e da disputa por terras que se coloca como fator central.

Ainda sobre o mesmo relatório, foi apontado que as mulheres do meio rural são as mais afetadas pela expropriação de terras, à medida em que elas são as que menos possuem títulos das propriedades e também são muito resistentes ao deslocamento por conta de suas fortes ligações com suas terras (UNITED NATIONS WOMEN, 2016). Corroborando com isso, o movimento feminista colombiano *Ruta Pacífica de las Mujeres* (2013) também afirma que essa violência que tem como principal objetivo expulsar populações de suas terras ocorre fortemente contra mulheres dado a centralidade destas para manutenção das comunidades e famílias.

Segundo Lina Céspedes-Báez (2010), o deslocamento forçado, muito presente no conflito armado colombiano, não é uma violência específica de gênero, sendo algo que também é sofrido por homens. Entretanto, um aspecto sobre esse deslocamento forçado que difere mediante o gênero é o impacto na vida das mulheres que se intensifica por conta das discriminações históricas de gênero preexistentes, as quais agudizam nessa conjuntura. Ainda, a autora reitera que as mulheres ficam muito mais expostas, após o deslocamento, à situações de exploração doméstica, informalidade, dificuldade de acesso à justiça e também à violência sexual.

Dentro desta ótica da violência sofrida pelas mulheres principalmente no campo pelo conflito agrário e pela expulsão de terras, há um destaque para a violência sexual. Como apontado pelo relatório da Anistia Internacional (2012):

Los conflictos armados afectan a las mujeres de forma diferente que a los hombres, y el desplazamiento, que ha afectado a millones de personas en el curso del conflicto armado, tiene en ellas un impacto desproporcionado. Por ejemplo, las mujeres y las niñas suelen ser las responsables de conseguir comida y agua, y de cubrir otras necesidades diarias de la familia; el desplazamiento hace todo esto más difícil. El refugio que hallan en pueblos y ciudades suele ser poco seguro y, como destacó el Auto 092 de la Corte Constitucional, las mujeres desplazadas corren un riesgo mayor de sufrir violencia sexual. La mayoría de las sobrevivientes en cuyas experiencias se basa este informe, así como el informe de Amnistía Internacional de 2011, estaban desplazadas cuando fueron agredidas o se vieron obligadas a huir después de la agresión.

Trazando o que já foi discorrido sobre a violência sexual e a desigualdade de gênero como questões estruturais quando se explora a formação das sociedades capitalistas no Ocidente, é necessário compreender que essa violência é imposta mediante diferentes objetivos, como será analisado a partir dos atores envolvidos no conflito armado colombiano. Entretanto, em um panorama mais geral, essa violência se expressa por conta de uma prerrogativa comum nas diferentes sociedades, como apontado pela Anistia Internacional (2012) em:

En todas las sociedades la violencia de género se alimenta de la aceptación general de que la violencia contra las mujeres no es un delito, sino parte normal de la vida. La violencia sexual, incluida la violación, pertenece a una categoría especial por una razón fundamental: es el crimen más invisible. Las actitudes sociales que culpan a las sobrevivientes en lugar de al autor de los abusos tienen el efecto de silenciar a casi todas las personas que han sido víctimas de violencia sexual, relacionada o no con el conflicto.

Lina Céspedes-Báez (2010) também acrescenta nessa discussão levantando o tema da impunidade presente nesses crimes. Como apontado pela autora, entende-se que comumente, em cenários de normalidade, os crimes de violência sexual enfrentam diversos impedimentos para chegarem à instâncias judiciais, como a falta de conhecimento das mulheres sobre seus direitos, falta de recursos, vergonha, dificuldade de se provar o crime, demora e burocracia do trâmite, entre outros. Com relação a impunidade, a *United Nations Women* (2016) apresenta dados que ilustram esse cenário:

In Order 092 (2008), the Constitutional Court forwarded 183 prioritized cases of sexual violence to the Comptroller General for accelerated prosecution. Of those cases where the perpetrator was identified, 58 percent were paramilitaries, 23 percent were government security forces, and 8 percent of those indicted were guerrillas. Five years later, violators had been convicted in only three cases—a 98.8 per cent rate of impunity.

De acordo com Lina Céspedes-Báez (2010), devido ao baixo nível de justiça para esses crimes e a conjuntura do conflito armado, há uma falta de análise do contexto e das motivações intrínsecas à utilização da violência sexual. Isso dificulta a compreensão das finalidades específicas dessa violência utilizada por diferentes atores, além de, acima disso, prejudicar a promoção de ações preventivas e protetivas para as vítimas. Essa problemática é explicitada pela *Corporación Humanas - Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género* (2009) em:

En efecto, en la nota titulada “El horror comienza por casa” se ha señalado que la falta de una política adecuada y específica que tenga en cuenta que la violencia contra las mujeres es un fenómeno generalizado y específico explica que “los funcionarios siguen atendiendo a las víctimas como si se tratara de casos aislados y excepcionales”. La ignorancia y la falta de sensibilidad frente a la situación, sumada a una cultura que justifica este tipo de violencia y la presenta como natural, las mujeres constantemente son revictimizadas por quienes tienen la obligación de protegerlas, precisamente cuando tienen la valentía de denunciar lo sucedido para hacer valer sus derechos.

Nesse sentido, em relação aos atores envolvidos nos índices de violência sexual ao longo do conflito armado colombiano e suas motivações, o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) apresenta o dado de que as forças paramilitares foram apontadas como responsáveis por 80% dos casos de violência sexual registrados, corroborando com os dados do relatório da *United Nations Women* (2016), os quais também apontam para os grupos paramilitares como os maiores praticantes dessa forma de violência no contexto do conflito armado. Vale ressaltar que, como pontuado anteriormente, esses grupos estão à serviço das classes dominantes ligadas a setores como o agronegócio, o extrativismo e o narcotráfico, sendo elas grandes concentradoras de terra. Para dimensionar esse fenômeno, a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) apresentou como dado que 1,3% da população colombiana controla em torno de 70% da terra.

O Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) explica que dentre os principais objetivos dos paramilitares com o uso da violência sexual, estão: afligir as mulheres por conta de sua liderança em determinado território, atingir o círculo afetivo das comunidades inimigas, punir determinados comportamentos e estimular a união entre os paramilitares.

A violência sexual utilizada pelos grupos paramilitares é uma das maiores armas que levam ao deslocamento forçado, sendo as mulheres as mais atingidas. Segundo Maria Sáenz Hurtado (2010), cerca de 58% das mulheres vítimas da expropriação de terras foram obrigadas a esse deslocamento por meio da violência sexual, ameaça e/ou tortura, sendo que 55% delas são menores de idade.

Sexual violence or the threat of sexual violence have been prime drivers of displacement in Colombia's internal armed conflict. One UNHCR report in 2011 found that 17.7 per cent of the IDPs questioned fled their homes because of sexual violence; an Oxfam study found that two of every ten internally displaced women surveyed had fled because of sexual violence. Similarly, intra-familial violence as well as restrictive gender roles have caused youth to join armed groups. (UNITED NATIONS WOMEN, 2016)

De acordo com o *United Nations Women* (2016), há um notável crescimento nos ataques de cunho sexual contra mulheres líderes e defensoras dos direitos humanos, especialmente aquelas engajadas com comunidades deslocadas à força e/ou envolvidas em campanhas de restituição de terras.

These threats appear to be of a more political nature, often explicitly related to women's gender and transgression of traditional gender roles. Likewise, because of their gender, women living near illegal mining settlements under the control of armed groups face heightened risk to sexual exploitation, forced prostitution and trafficking (UNITED NATIONS WOMEN, 2016).

O estudo das pesquisadoras Anyi Montañez e Angélica Garzón (2012) sobre a atuação dos paramilitares na região do Caribe colombiano também levantou dados importantes. É apontado que os paramilitares da região surgiram como grupos locais de autodefesa financiados por latifundiários, elites locais e empresários que estavam pressionados pelas guerrilhas da região no sentido econômico e territorial.

Esse mesmo estudo demonstrou a existência de uma série de práticas sistemáticas cometidas pelos atores armados da região interpretadas como um “padrão de violência sexual”. A primeira delas, perpetrada por todos os atores armados, é a concepção da mulher como extensão do homem, engendrada pela visão da mulher como um ser inferior na sociedade perante a família, a religião, as principais instituições e espaços de participação política. Como apontam as pesquisadoras: *“Esto se ve reflejado cuando bajo el poder de las armas los combatientes imponen, persuaden, obligan, ordenan, controlan y mandan el cuerpo, el pensamiento, los sentimientos y la vida de las mujeres.”* (MONTAÑEZ; GARZÓN, 2012).

Os grupos paramilitares também foram apontados como os que mais empregaram violência sexual na região do Caribe colombiano, utilizando-se principalmente das estratégias de controle social da vida das mulheres locais, estupro e assédio sexual. Entende-se por um lado o uso dessas formas de violência sexual como armas para disseminar o medo na população civil como base de formação de uma base social ideal, e essas ações foram

empregadas principalmente contra camponesas, indígenas, prostitutas, lésbicas e mulheres em geral. Por outro lado, o emprego da violência sexual tem como intuito a expulsão de comunidades habitantes de áreas estratégicas para projetos de expansão política, econômica e territorial. Os atos de violência sexual voltados para essas finalidades se voltavam principalmente ao castigo corporal, sendo executados principalmente nas mulheres pertencentes às áreas rurais (MONTAÑEZ; GARZÓN, 2012).

Em suma, Anyi Montañez e Angélica Garzón (2012) identificam duas estratégias de guerra chave utilizadas pelos paramilitares que definiram os padrões de violência sexual: o massacre voltado para destruição física e simbólica de comunidades inimigas; e o uso dessa violência como alicerce para consolidar zonas autônomas sob o comando de um líder paramilitar. Ainda sobre a violência sexual cometida pelas forças paramilitares, em algumas áreas controladas por esses grupos também se observa um controle sobre o comportamento das mulheres locais, como é explicitado em:

Across the North Atlantic coastal region, paramilitaries punished those who challenged patriarchal norms with penalties that were differentiated by gender. Girls and women who engaged in behaviors considered to depart from appropriate female roles, such as being 'bad neighbors', 'bad partners' or 'bad girls,' were subject to public shaming, forced domestic labor, and enslavement (UNITED NATIONS WOMEN, 2016).

Entretanto, é necessário destacar que o uso da violência sexual contra mulheres no conflito armado colombiano não é exclusivo dos paramilitares, uma vez que, de acordo com o *United Nations Women* (2016), todos os atores armados na conjuntura do conflito armado colombiano estão engajados na prática de violência sexual contra mulheres, havendo diferenças com relação aos objetivos e práticas executadas por cada grupo dependendo do contexto e região. Essa disseminação da prática de violência sexual pelos diversos atores envolvidos no conflito também é pontuada no documento elaborado pela *Corporación Humanas - Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género* (2009) em:

(...) la violencia sexual es una práctica generalizada en el conflicto armado colombiano, usada de manera sistemática por todas las partes: guerrilleros, paramilitares y miembros del Ejército y de la Policía Nacional; que la utilizan como estrategia de guerra, como forma de tortura o de castigo combinada con prácticas de mutilación contra mujeres acusadas de simpatizar con el enemigo, como mecanismo para humillar al enemigo o junto con modalidades de esclavitud.

Segundo o *United Nations Women* (2016), a violência sexual promovida por guerrilhas como as FARC apresentavam objetivos diferentes. Os casos reportados cometidos pelas

FARC estão ligados ao recrutamento forçado de meninas e mulheres, e também ao abuso de autoridade de alguns comandantes sobre mulheres já participantes da guerrilha. Ainda, há também casos de violação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres por parte dos grupos insurgentes por meio da imposição de regulações sobre o comportamento sexual e reprodutivo das mulheres que são membros desses grupos.

The insurgents encourage family planning and prohibit pregnancy. “Girls as young as twelve are required to use contraception, and must have abortions if they get pregnant,” notes Human Rights Watch. The Ministry of Defense reported that 43 of 244 demobilized female fighters stated they had been forced to have abortions. Demobilizing female FARC ex-combatants confirm the FARC practice of forced abortions, which FARC leadership cites as necessary during wartime, and part of the code of rules agreed to upon joining the insurgency. Restrictions over sexuality and reproductive rights however sometimes motivate women to leave armed groups (UNITED NATIONS WOMEN, 2016).

Com relação a violência sexual cometida pelas forças armadas do Estado no contexto do conflito, a *United Nations Women* (2016) aponta que foram reportadas em certas regiões uma prática generalizada de abuso sexual, partindo da ideia de tirar vantagem das condições econômicas precárias das mulheres mediante a falta de proteção do Estado e da ideia de objetificação da mulher presente na cultura local. Ainda, o relatório explica que o Ministério da Defesa sugere que esses casos não passam de ocorrência isoladas, entretanto, outros grupos e organizações de mulheres alegam que a prática de violência sexual pelas forças armadas é estratégica, com o objetivo de controlar a população e o território por meio do abuso de poder.

Ademais, de acordo com Maria Sáenz Hurtado (2010), além do fator de gênero, também observa-se a influência das condições socioeconômicas e educacionais, dado que 14,5% das mulheres deslocadas, majoritariamente vítimas de violência sexual, não possuíam educação formal, 48% das mulheres estavam sem emprego neste processo, além do índice de que 30% das adolescentes deslocadas já eram mães. Ou seja, além do recorte de gênero, é necessário examinar quem são essas mulheres que constituem as principais vítimas também nas esferas racial e socioeconômica.

A pesquisa feita pela *Iniciativa Saquen Mi Cuerpo de La Guerra* (2011) apresenta análises de idade, raça e socioeconômicas de diferentes formas de violência sexual, tais como o estupro, prostituição forçada, gravidez forçada, aborto forçado, esterilização forçada, assédio sexual, entre outros. Os dados coletados pela pesquisa se situam entre os anos de 2001 e 2009, com base em 407 municípios que possuem a presença de forças armadas do Estado, guerrilhas e grupos paramilitares. Os índices apontaram uma média de que, entre esses anos, a cada uma hora, seis mulheres foram vítimas de violência sexual.

Além disso, os indicadores apresentados expõem que, em relação ao estrato socioeconômico, quando se trata do crime de estupro entre os anos de 2001 e 2009, as mulheres pertencentes os estratos 1 e 2 representam 81,51% do total de vítimas. Em relação a violência de prostituição forçada, as mulheres vítimas pertencentes à esses mesmos estratos representam 96,96% do total. Quanto às demais formas de violência sexual, ressalta-se que em todas há um predomínio de vítimas que fazem parte destes dois estratos apontados, os quais representam, segundo o Estado colombiano, os níveis mais elevados de pobreza e precariedade em relação ao acesso aos serviços públicos domiciliares (*INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA*, 2011).

Ou seja, dentro de cada expressão de violência sexual, fica claro o impacto do fator socioeconômico nos índices de mulheres vítimas dessa forma de violência no conflito. Em suma, isso expressa o padrão de luta de classes pautado na violência em que se discorre o conflito agrário, o qual desapropria o campesinato empobrecido e viola em especial as mulheres pertencentes a esse grupo.

Ademais, no que diz respeito ao fator racial, reunindo os relatórios de 2011 e de 2017 da *Iniciativa Saquen Mi Cuerpo de La Guerra*, os quais ao todo compreendem o período de 2001 até 2015, tem-se que aproximadamente 40% das mulheres vítimas de alguma crime de violência sexual se reconhecia como negra, indígena ou “mestiça”. Ainda, nestes relatórios, há também a opção da mulher responder que não se considera pertencente a nenhum grupo étnico, lacuna que representou um total de 15% das entrevistadas. Muitas vezes pessoas pertencentes a minorias étnicas, como mulheres negras e indígenas, escolhem essa opção por receio de sofrerem alguma represália, o que leva a constatação de que os índices de mulheres vítimas pertencentes a esses grupos são ainda maiores (*INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA*, 2011, 2017).

Las mujeres indígenas y afrodescendientes enfrentan una situación particularmente difícil en el contexto del conflicto armado colombiano, puesto que a la discriminación histórica que padecen por su origen étnico se suma la discriminación por el hecho de ser mujeres, lo cual se agrava con el conflicto. En este sentido, la CIDH encontró que “la presión que ejercen los grupos armados sobre los territorios indígenas, sea por razones de estrategia militar o por razones económicas, impacta en la vida de las mujeres indígenas en forma especialmente grave (*CORPORACIÓN HUMANAS - CENTRO REGIONAL DE DERECHOS HUMANOS Y JUSTICIA DE GÉNERO*, 2009)

Posto isso, a questão racial não pode ser excluída de análise quando se estuda a história do conflito armado colombiano e quando se fala de violência de gênero, pois ambas estão ligadas a história colonial e ao processo de acumulação de capital, os quais apresentam

entre seus sustentáculos essas violências contra minorias. Esse padrão se apresenta não apenas na história colombiana, mas na história da América Latina como um todo. Sueli Carneiro (2011) sintetiza bem essa conjuntura em:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, congruando aquilo que Ângela Gilliam dene como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”.

Após as análises da conjuntura do conflito e da violência sexual empregada neste, é importante para compreensão da história colombiana e da condição das mulheres trazer um balanço do governo de Álvaro Uribe, uma vez que esse representou mais um ponto de inflexão no cenário colombiano por conta do forte discurso adotado em torno da ideia de que o conflito haveria cessado, assim como as violências ligadas a ele.

O governo de Álvaro Uribe aconteceu entre os anos de 2002 e 2010, carregando marcas relevantes para a história colombiana como uma forte aliança com os Estados Unidos, um agravamento da perseguição às guerrilhas, a adoção de novas políticas de segurança, um pico de violência sexual no ano de 2002 e um posicionamento voltado para o cenário internacional de que não haveria mais conflito armado na Colômbia (FAJARDO, 2015; SANTOS, 2018; OLIVEIRA, 2020; UNITED NATIONS WOMEN, 2016).

Segundo a *United Nations Women* (2016), a partir do início do século XXI, a Colômbia passa a liderar as pesquisas como o lugar mais perigoso para se viver no mundo como um jornalista, líder trabalhista ou defensor dos direitos humanos. Ainda, o mesmo relatório também aponta: “*Women documented, publicized, and denounced the increase in human rights violations under President Alvaro Uribe’s ‘democratic security’ program*”.

O governo Uribe adotou políticas incisivas em relação à guerra às drogas e às guerrilhas. Entre as políticas marcantes no período está o Plano Colômbia, que leva a medidas de abertura econômica e uma aproximação maior do país com os Estados Unidos, havendo a instalação de bases militares norte-americanas para treinar as forças armadas colombianas e auxiliar com tecnologia. Para dimensionar essa ajuda militar, Fábio Luis Barbosa dos Santos (2018) apresenta os seguintes dados: enquanto em 1999 a ajuda militar dos Estados Unidos à Colômbia foi em torno de 317 milhões de dólares, a partir de 2000 ela passa para quase 1

bilhão de dólares, o que equivale a 80% de todo o auxílio militar direcionado para América Latina e em uma comparação global, fica abaixo apenas da assistência dirigida a Israel e Egito. O intuito dessa aproximação, segundo o governo, se volta para conter o narcotráfico, porém inicia-se um avanço das forças do Estado sobre as guerrilhas e os territórios dominados por estas, enquanto as regiões dominadas mesmo pelo narcotráfico e pelo paramilitarismo continuam intocadas (SANTOS, 2018).

Ainda, Ospina (2010) explicita como esse avanço sobre as guerrilhas e o discurso de negação do conflito visam esconder o domínio da economia transnacional de drogas pelos paramilitares e serve como um pretexto para a conquista de novas terras em benefício do empresariado e das multinacionais que se aproximam da Colômbia nesse período.

É nesse momento, do início dos anos 2000, que o presidente Uribe passa a negar a existência do conflito armado colombiano, passando a defender que a guerra no país havia terminado. A negação do conflito, que pretendia ocultar o avanço das forças oficiais sobre territórios dominados pela guerrilha, e que foi propagandeada pela mídia nacional e internacional, serviu para atrair investimentos externos à Colômbia. Esse processo foi acompanhado por reformas políticas impopulares que implicaram em uma maior pauperização de setores do pequeno e médio campesinato e favoreceu a conversão das fazendas em extensa pecuária. Também avançou para uma maior exploração extrativista do país, com a entrada de multinacionais. (OLIVEIRA, 2020)

Esse avanço sobre as guerrilhas pela guerra às drogas e sobre as terras levam ao agravamento do conflito e a continuidade dos ataques de paramilitares no meio rural e consequentes expropriações. Álvaro Uribe aproveita o momento de exasperação mundial devido aos ataques do 11 de setembro e passa a aderir ao discurso do combate ao terrorismo, identificando as guerrilhas como organizações terroristas e negando-se à diálogos de paz com essas forças. Além disso, junto a um discurso de criminalização de protestos sociais, diversas leis modificaram o código penal, de forma que entre 2000 e 2011 se observou que o tamanho da população carcerária dobrou. (SANTOS, 2018).

De acordo com o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013), a partir desse período a Colômbia passa a ter um dos maiores índices de deslocamento interno no mundo, além de haver um pico da utilização de violência sexual em 2002. A *Corporación Humanas - Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género* (2009) apresenta o dado de que ao comparar os índices de violência sexual de 1997 com os de 2007, houve um aumento de 65,9%.

Las cifras sobre abusos sexuales son alarmantes, pero probablemente subestiman mucho el problema. El PNUD, en su Informe sobre Desarrollo Humano del año 2000, 11 cuyas estadísticas son las más recientes disponibles, estimaba que

aproximadamente entre el 60 y el 70 por ciento de las mujeres en Colombia había sufrido en carne propia alguna modalidad de violencia (maltrato físico, psíquico o sexual). No obstante, menos de la mitad busca ayuda y apenas el 9 por ciento denuncia la agresión. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2004)

Esses dados ajudam a ilustrar a incongruência entre o discurso de que o conflito havia cessado e a realidade colombiana nesse período. Fábio Luis Barbosa dos Santos (2018) afirma que: “Uribe encarnou um projeto de poder identificado com a chamada parapolítica, que embruteceu e envenenou a cultura política do país”, sendo que, segundo o autor, alguns índices demonstram que “um terço dos parlamentares têm vínculos diretos com atividades delitivas, incluindo o senador e ex-presidente Álvaro Uribe, que governou a Colômbia entre 2002 e 2010”.

Ou seja, a concentração de terras e a violência no campo se acentuam e a perseguição às guerrilhas, às lideranças camponesas, sindicalistas e populares também permanecem sob a justificativa da guerra às drogas, ignorando que o controle majoritário da economia transnacional de drogas está ligada aos grupos paramilitares, braço armado em função das elites, e também a lideranças infiltradas na política. Logicamente, esse aumento da violência no campo se reflete sob o nível de violência sexual praticado contra mulheres, como apontado anteriormente.

A *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2008) aponta que, durante o governo de Álvaro Uribe, a Política de Defesa e Segurança Democrática adotada se tornou uma ferramenta do Estado para consolidar sua presença institucional e gerar condições para se recuperar economicamente, mas as consequências sobre a população não foram apontadas como positivas.

Los resultados de dicha política han sido analizados por diferentes sectores de la sociedad colombiana, los cuales consideran, en su mayoría, que la política tiene serios obstáculos y no ha logrado los resultados esperados. “Somos una sociedad en guerra civil interna que gracias a la política de seguridad democrática se ha alejado de las ciudades y centros económicos, pero aún ensombrece el futuro de muchas regiones del país (...) La política de seguridad democrática está funcionando, pero a medias. No se trata de aminorar las consecuencias del conflicto, se trata de acabarlo. Eso es una necesidad nacional” (*RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES*, 2008)

Essa política é engendrada sobre estratégias voltadas para o controle do território, desarticulação de grupos armados à margem da lei e de organizações do narcotráfico, e o fortalecimento do serviço de justiça e alerta do Estado às áreas com alto grau de violência. Ainda, havia sido determinado em torno dessa política que haveria um total compromisso com o respeito aos direitos humanos. Entretanto, como apontado pela *Oficina en Colombia*

del Alto Comisionado para los Derechos Humanos em 2003, entende-se que esse esquema de segurança que se baseia na luta armada e envolve a população no conflito civil apenas promove uma maior exposição a violência. Ainda, a mesa de trabalho *Mujer y Conflicto Armado* também declarou que essa política apenas piorou a segurança da população ao militarizar a vida civil, afetando diretamente também a vida das mulheres, que sofrem ainda mais com a vida social sendo regulada por atores armados (*RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES*, 2008). De forma complementar, Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018) também discorre que esse projeto político em torno da ideia de “*seguridad democrática*” de Uribe consolida a infiltração da esfera militar na política e a disseminação do discurso do terror, também apoiado pela mídia.

Em suma, o que se observa com o governo de Álvaro Uribe, em contradição a sua retórica do fim do conflito, é a crescente militarização de uma sociedade já imersa na violência pelo conflito armado, uma negação do estatuto político da insurgência, um apoio midiático e também dos Estados Unidos ao projeto de guerra às drogas e ao terror e o fortalecimento de grupos paramilitares e das elites ligadas ao agronegócio, ao narcotráfico e ao comando militar. Por fim, do ponto de vista social das mulheres, é evidente que o resultado da inserção de mais violência no conflito armado é a propagação de mais violência sexual, principalmente nos locais dominados por atores armados, com foco nos paramilitares.

5. Conclusão

Como pontuado pela *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2008): “*Las violencias contra las mujeres exceden los acontecimientos violentos, y abarcan su producción y reproducción como fenómeno social y discursivo*”. Nesse sentido, é necessário falar sobre a violência sexual utilizada contra mulheres em cenários de guerra, pois não são casos isolados e nem aleatórios. A cultura patriarcal e a violência sexual já ocorrem nos períodos de paz ajudam a sustentar o estado de silenciamento dessa violência, e justamente por isso é imprescindível compreendê-la em sua essência, ou seja, como uma arma de guerra.

O caso colombiano não recebe tanta atenção midiática e internacional como outros casos onde a violência sexual também foi utilizada de forma sistêmica com objetivos específicos, mas talvez seja por isso mesmo que ele é tão emblemático. O estupro, a escravidão sexual, o aborto, cada forma de violência sexual é praticada com um objetivo

estratégico, assim como qualquer arma de guerra, e a sua eficácia advém precisamente do silêncio posterior à sua utilização, além da concretização do seu objetivo.

O principal objetivo por trás do uso violência sexual identificado pela *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) e outros pesquisadores, como já abordado, se liga a expropriação de terras e anexação desse território aos grandes latifúndios do país. A violência sexual é um grande propulsor do deslocamento interno e a ação paramilitar em torno dessa finalidade se mostra extremamente eficaz no conflito armado.

Sobre a violência sexual contra mulheres no conflito armado colombiano, Flávia Aline de Oliveira (2020) pontua:

(...) são crimes de guerra com propósitos explicitamente capitalistas: a privatização da vida, domínio dos territórios, conquista de controle dos recursos naturais, expansão de economias extrativistas. As mulheres são parte desse território a ser dominado e utilizado como parte de um estratagema que visa estabelecer o terror como recurso de dominação social, a humilhação pública, a destruição dos vínculos de comunidade, a destruição aos acessos aos meios para a reprodução da própria vida.

Ou seja, essa violência sexual é utilizada em benefício das elites ligadas inicialmente ao agronegócio e extrativismo, e posteriormente também ligadas ao narcotráfico. A repressão à economia das drogas recai fortemente sobre as guerrilhas e ao campesinato, o qual é a ponta inicial e menos favorecida da estrutura transnacional do narcotráfico e, empobrecido e sem assistência estatal, recorre ao plantio da folha de coca como forma de sobrevivência (OLIVEIRA, 2020).

Ainda, Flávia Aline de Oliveira (2020) acrescenta: “A violência sexual contra mulheres é útil para o controle político e, além disso, economicamente viável para diminuir o valor da mão da obra a partir da vulnerabilização e empobrecimento forçado das populações.” No final das contas, a violência sexual contra mulheres é apenas mais um instrumento à serviço da acumulação capitalista no contexto colombiano.

O governo de Álvaro Uribe, apesar da retórica internacional de paz na Colômbia, deu continuidade a esses processos violentos de espoliação recorrentes da lógica do conflito armado, com o acréscimo do recrudescimento das perseguições, embrutecimento político-social pela militarização da sociedade e censura aos movimentos sociais (SANTOS, 2018).

A militarização da sociedade e o enrijecimento da violência também se reflete na violência sexual, contribuindo para a naturalização desta, de forma que muitas mulheres

vítimas de diferentes formas de violência sexual sequer se reconhecem nessa posição de vítimas de um crime. (*INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA, 2011, 2017*)

Posto isso, compreende-se que, como pontuado por Flávia Aline de Oliveira (2020), “a guerra da Colômbia é um típico ‘case de sucesso’ capitalista”, pautado na expropriação de terras, acúmulo de concentração de riquezas e desigualdade social, sendo que, majoritariamente, a violência sexual no contexto do conflito contra os corpos femininos se coloca apenas como um meio para esses objetivos.

Bibliografia

ACNUR. Ação contra Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada. Divisão de Proteção Internacional, 2011. [Acessado 21 Novembro 2021] Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/A%C3%A7%C3%A3o-contr-a-a-viol%C3%Aancia-sexual-e-de-g%C3%AAnero_ACNUR-2011.pdf>

ALVÁREZ ESTRADA, Jairo. Acumulación capitalista, dominación de clase y rebelión armada: elementos para una interpretación histórica del conflicto social y armado. In: COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Colombia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.

AMARAL, Erika Ribeiro da Motta Silva; SILVA, Daisy Rafaela. Estupro como arma de guerra: uma análise à luz dos direitos humanos. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, UNISAL, Lorena, 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. Colombia - Cuerpos marcados, crímenes silenciados: violencia sexual contra las mujeres en el marco del conflicto armado. España: Editorial Amnistía Internacional (EDAI), 2004.

ANISTIA INTERNACIONAL. Colombia: Invisibles ante la justicia. Impunidad por actos de violencia sexual cometidos en el conflicto: Informe de seguimiento. Madrid: Editorial Amnistía Internacional (EDAI), 2012.

ANISTIA INTERNACIONAL. Lives blown apart: Crimes against women in times of conflict. United Kingdom: Amnesty International Publications, 2004.

BROWNMILLER, Susan. Making Female Bodies the Battlefield. In: STIGLMAYER, Alexandra. Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina. USA: University of Nebraska Press, 1994.

CARD, Claudia. Rape as a weapon of war. Hypatia, JSTOR, 1996, vol. 11, n. 4 [Acessado 02 Dezembro 2021], p. 5-18. Disponível em: <www.jstor.org/stable/3810388>.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero. São Paulo: Géledes Instituto da mulher negra, 2010

CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA DA COLÔMBIA. ¡Basta Ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

CÉSPEDES-BÁEZ, Lina María. La violencia sexual en contra de las mujeres como estrategia de despojo de tierras en el conflicto armado colombiano. Bogotá: Consultoría para los derechos humanos y el Desplazamiento (CODEH), 2010.

COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Colombia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.

CORPORACIÓN HUMANAS - CENTRO REGIONAL DE DERECHOS HUMANOS Y JUSTICIA DE GÉNERO. Situación en Colombia de la violencia sexual contra las mujeres. Bogotá: Ediciones Antropos, 2009.

FAJARDO, Dario. Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones para su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana. In: COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.

FALCÃO, Ana Taísa da Silva. Violências Sexuais em conflitos armados: um silenciamento histórico. Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FEDERICI, Silvia. O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GUALDRON, Frank Stewart Orduz. Victimización y violencia sexual en el conflicto armado en Colombia. Subjetividad y Procesos Cognitivos - UCES, Vol. 19, N° 2, 2015.

HURTADO SÁENZ, Maria Cristina. El análisis del género del desplazamiento forzado. Bogotá: Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer – UNIFEM, 2010.

INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA. Primera Encuesta de Prevalencia - Violencia sexual en contra de las mujeres en el contexto del conflicto armado colombiano, 2001 – 2009. Colômbia: Campaña - Violaciones y otras violencias: saquen mi cuerpo de la guerra, 2011.

INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA. Encuesta de Prevalencia de Violencia sexual en contra de las mujeres en el contexto del conflicto armado colombiano, 2010-2015. Colômbia: Campaña - Violaciones y otras violencias: saquen mi cuerpo de la guerra, 2017

MIGRACIONES FORZADAS. Violencia sexual: arma de guerra, obstáculo para la paz. Centro de Estudios sobre Refugiados y Instituto Universitario de Desarrollo Social y Paz, Universidad de Alicante en asociación con el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2007. [Acessado 10 Dezembro 2021]. Disponível em: <<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/es/pdf/RMF27/RMF27.pdf>>

MONTAÑEZ CASTELBLANCO, Anyi Viviana; RODRÍGUEZ GARZÓN, Angélica Maria. El uso de la violencia sexual por parte de los paramilitares en el caribe colombiano. Bogotá: Ciudad da paz-ando, 2012.

OBAID, Thoraya Ahmed. Introducción. In: REVISTA MIGRACIONES FORZADAS. Violencia sexual: arma de guerra, obstáculo para la paz. Centro de Estudios sobre Refugiados y Instituto Universitario de Desarrollo Social y Paz, Universidad de Alicante en asociación con el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2007. [Acessado 10 Dezembro 2021]. Disponível em: <<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/es/pdf/RMF27/RMF27.pdf>>

OLIVEIRA, Flavia Aline. A violência sexual contra mulheres como estratégia no conflito armado colombiano (2000 - 2016): a que e a quem serve?. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

OSPINA, Hernando Calvo. O terrorismo de Estado na Colômbia. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

RUSSELL, Wynne. Violencia sexual contra hombres e niños. In: REVISTA MIGRACIONES FORZADAS. Violencia sexual: arma de guerra, obstáculo para la paz.

Centro de Estudios sobre Refugiados y Instituto Universitario de Desarrollo Social y Paz, Universidad de Alicante en asociación con el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2007. [Acessado 10 Dezembro 2021]. Disponível em: <<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/es/pdf/RMF27/RMF27.pdf>>

RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. Las violencias contra mujeres en una sociedad en guerra. Bogotá: Organización Feminista por la paz Ruta Pacífica de las mujeres, 2008.

RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. La verdad de las Mujeres: Víctimas del conflicto armado en Colombia (tomo I). Bogotá: Organización Feminista por la paz Ruta Pacífica de las mujeres, 2013.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa. Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016). São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SANTOS, Filipa Gonçalves Marques Ferro. A utilização da violência sexual enquanto arma ou método de guerra. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito e Prática Jurídica) - Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

THOMAS, Katie. Violencia sexual: arma de guerra. In: REVISTA MIGRACIONES FORZADAS. Violencia sexual: arma de guerra, obstáculo para la paz. Centro de Estudios sobre Refugiados y Instituto Universitario de Desarrollo Social y Paz, Universidad de Alicante en asociación con el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2007. [Acessado 10 Dezembro 2021]. Disponível em: <<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/es/pdf/RMF27/RMF27.pdf>>

UNITED NATIONS WOMEN. Gender and the role of women in Colombia's peace process. New York: United Nations Women / United States institute for Peace, 2016.

WOLF, Naomi. O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2020.